

**CUIDADO COM A NATUREZA NA PAISAGEM ARRASADA DE ITAPUÃ,
SALVADOR – BA**

Arina Borges Vital e **Silva**^{1*}, Juna Borges Vital e **Silva**¹

¹Universidade Federal da Bahia (UFBA).

*Autor para correspondência E-mail: arinabvital@gmail.com

Recebido: 25.09.2023 Aceito: 11.10.2023

RESUMO: Este ensaio é resultado das atividades de iniciação científica e extensão universitária realizadas na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia através do projeto *Restinga: Estudo e reinserção do ecossistema na paisagem urbana de Salvador*, como também dos trabalhos finais de graduação *Paisagens Indomáveis: encontros nas margens do Abaeté* (Silva, A., 2020) e *CIDADE-FLORESTA: Retomando territórios de vida em Itapuã* (Silva, J., 2020). Neste artigo, a proposta é construir, com textos e fotografias, uma breve narrativa crítica sobre práticas de cuidado com a natureza no bairro de Itapuã, Salvador-BA, em um contexto de crise social, ética e climática, como também de desagregação territorial e devastação socioambiental. Tais práticas, que envolvem principalmente o plantio e uma atenção especial com as águas, foram registradas entre 2019 e 2020 em caminhadas pelo território - algumas guiadas por moradores da vizinhança, conversas e também durante mobilizações comunitárias das quais participamos, e mostram como a complexa teia socio-histórica e biocultural que envolve o território de Itapuã prossegue resistindo e se (re)inventando embora tão fragilizada pelos processos de urbanização desenvolvimentista/coloniais, evidenciando como as cidades precisam ser reformuladas para possibilitarem a expansão e o ressurgimento saudáveis das mais diversas e autônomas formas de vida.

Palavras-chave: paisagem urbana; crise climática; ética ecológica; recuperação ambiental

**CUIDADO CON LA NATURALEZA EN EL PAISAJE DEVASTADO DE ITAPUÃ,
SALVADOR – BA**

RESUMEN: Este ensayo es resultado de las actividades iniciación científica y extensión universitaria realizadas en la Facultad de Arquitectura de la Universidad Federal de Bahía a través del proyecto *Restinga: estudio e reinserção do ecossistema na paisagem urbana de Salvador*, como también de los trabajos finales de graduación *“Paisagens indomáveis: encontros possíveis nas margens do Abaeté”* (Silva, A., 2020) y *“CIDADES-FLORESTA: Retomando territórios de vida em Itapuã”* (Silva, J., 2020). La propuesta aquí es construir, con textos y fotografías, una breve narrativa crítica sobre prácticas de cuidado con la naturaleza en el barrio de Itapuã, Salvador-BA, en un contexto de crisis social, ética y climática, como también de disgregación territorial y devastación socioambiental. Estas prácticas, principalmente la plantación y una especial atención a las aguas, se registraron entre 2019 y 2020 en caminatas por el territorio – algunas das quais guiadas por vecinos, conversaciones y también en movilizaciones comunitarias, y

muestran cómo la compleja red socio-histórica y biocultural que rodea el territorio de Itapuã prosigue resistiendo y se (re)inventando aunque tan fragilizada por los procesos de urbanización desarrollista/coloniales, evidenciando cómo las ciudades necesitan ser reformuladas para posibilitar la expansión y el resurgimiento saludables de las más diversas y autónomas formas de vida.

Palabras clave: *paisaje urbana; crisis climática; ética ecológica; recuperación ambiental*

CARE FOR NATURE IN THE DEVASTATED LANDSCAPE OF ITAPUÃ, SALVADOR – BA

ABSTRACT: *This essay results from the undergraduate research and extension activities carried out at the Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, under project named “Restinga: estudo e reinserção do ecossistema na paisagem urbana de Salvador”, and also the final papers “Paisagens indomáveis: encontros possíveis nas margens do Abaeté” (Silva, A., 2020) and “CIDADES-FLORESTA: Retomando territórios de vida em Itapuã” (Silva, J., 2020). In this essay, the proposal is to build, with texts and photographs, a brief critical narrative about practices of caring for nature at the neighborhood of Itapuã, Salvador-BA, in a context of social, ethical and climatic crisis, as well as territorial disaggregation and socio-environmental devastation. Such practices, mainly planting and a special attentiveness to waters, registered between 2019 and 2020 during walks through the territory - some of which were guided or promoted by local residents, conversations and community actions, demonstrate how the complex social-historical and biocultural network surrounding the territory of Itapuã continues to resist and (re)invent itself, despite how fragilized by colonial/developmental urbanization processes in Brazil it is, and indicates how necessary is for cities to be reformulated in order to enable the expansion and healthy resurgence of the most diverse and autonomous life forms.*

Keywords: *urban landscape; climate crisis; ecological ethics; environmental recovery*

Introdução

Itapuã existe sob a chave da alteridade, sendo, ao mesmo tempo, um bairro popular localizado na costa atlântica do município de Salvador-BA (fig. 1) e uma pedra e ancestral tupinambá que desponta sobre o mar, orientando todo um território. Nos idiomas do tronco tupi, *Itapuã* significa *pedra saliente*. Em Itapuã, temos paisagens de restinga com dunas e lagoas, em especial a Lagoa do Abaeté, cuja formação geomorfológica é descrita por Avanzo (1990) a partir de movimentos de elevação e diminuição do nível do mar que depositaram areais sobre um antigo rio, soterrando-os e dando origem ao que seria a atual rede de lagoas e micro rios do bairro, desde cerca de 120 mil anos. As paisagens e ecossistemas costeiros (fig. 2) de Itapuã foram

conformadas pela interação dos mais diversos seres e suas práticas de manejo.

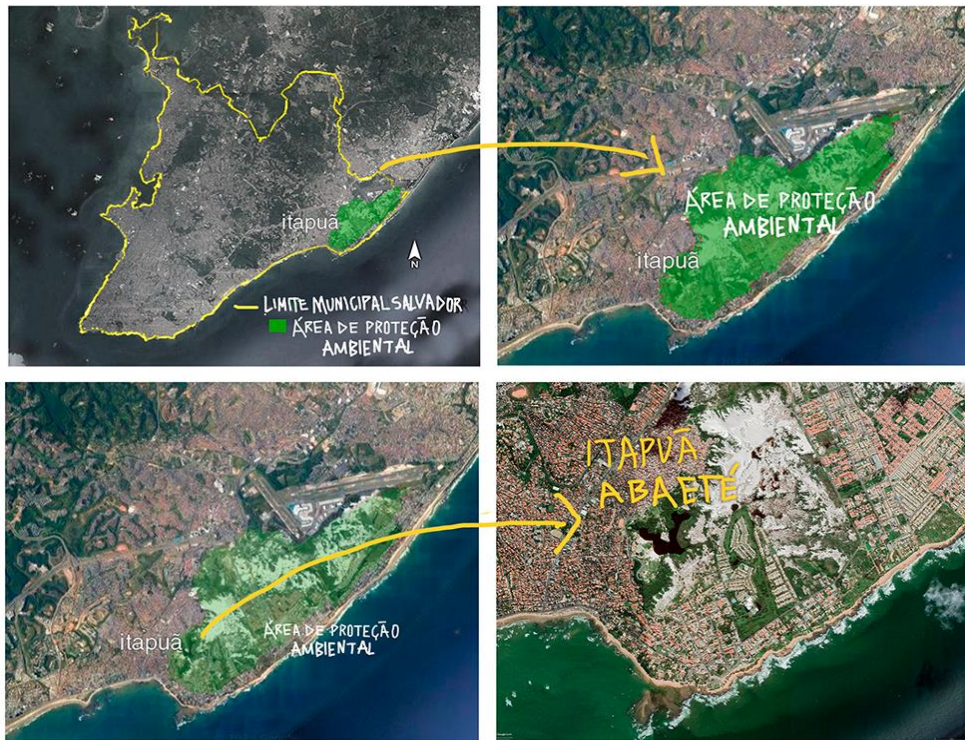


Figura 1. Localização do bairro de Itapua no município de Salvador - BA
Fonte: Fotos de satélite do Google maps, adaptado pelas autoras.



Restinga aberta - Itapua

Figura 2. Areal de restinga, ecossistema predominante em Itapua
Fonte: Autoras (2020)

A colonização europeia no século XVI inaugurou um processo severo de exploração e devastação socioambiental transatlântico que marcou profunda e irreversivelmente a história do planeta e até hoje se atualiza segundo novas ordens geopolíticas e mercantis. Este flagelo foi presenciado por Itapuã, que viu seus parentes lutando, fugindo, decaindo, mas jamais o aceitando pacificamente. E até hoje é assim: estratégias de viver em contexto de crise social e climática, com a fragilização de territórios e desagregação de sociabilidades também se atualizam.

No bairro de Itapuã, observamos contraposições rasteiras e poderosas aos modos hegemônicos de fazer cidade que abominam a diversidade biocultural. Seja nas margens das áreas de proteção ambiental (Silva, A. 2020) e remanescentes de matas, nos quintais e canteiros públicos, nas ruas asfaltadas e lajes de concreto, há associações que podem ser pontapés para uma regeneração das florestas urbanas (Silva, J. 2020). Tsing (2019, p. 129) aponta que “se queremos saber algo sobre mudança ambiental, precisamos saber sobre os mundos sociais que outras espécies ajudam a construir”. Neste ensaio, partiremos numa breve investigação crítica de práticas de cuidado com a regeneração da natureza no bairro de Itapuã e sua paisagem arrasada pela urbanização eurocêntrica.

Panorama da crise

A emergência climática diz respeito a um tempo de transformações globais no sistema Terra frutos das “correlações entre o agenciamento de forças geológicas (temperatura, clima, floresta) com as agências e ações humanas” (Cardoso, Santos; 2022, p.2). Registros estratigráficos indicam que eventos mobilizados por parte da espécie humana aceleraram as mudanças ambientais, impactando aspectos como a configuração da superfície terrestre, a composição da atmosfera e a biodiversidade, e que estaríamos vivendo um momento de devastação e arruinamento de paisagens (Danowski; Viveiros de Castro, 2014; Tsing, 2019). Cardoso e Santos (2022) apontam como as transformações nas dinâmicas planetárias, a saber do degelo no ártico, da elevação do nível dos oceanos e da extinção em massa de espécies, têm tomado conta de nossos corpos, cotidianos, espaços políticos e imaginários, deixando-nos, muitas vezes, aturdidos e letárgicos. Se antes poderíamos assimilar eventos como estes de forma fragmentada, em poucos anos, essa possibilidade vem se esfurelando com o aumento vertiginoso de fenômenos extremos e a transformação radical das paisagens.

As mudanças climáticas observadas há cerca de um século, deram-se em velocidade recorde na história do planeta, sugerindo o nascimento de uma nova época geológica em que a espécie humana teria se tornado uma força geológica capaz de imprimir mudanças em escala planetária e velocidade jamais vista antes. Muitos cientistas batizaram a nova época Antropoceno, mas ela vem recebendo outras denominações que nos levam a reflexões críticas sobre as “responsabilidades diferenciadas do capital neoliberal e do racismo nos processos devastadores e arruinadores de vidas e paisagens” (Cardoso, Santos, 2022, p.2) como Capitaloceno, *Whitepeopleceno* e *Plantationoceno*. Enquanto a datação da nova época segue em discussão na comunidade científica - que debate a queima de reservas de carvão durante a revolução industrial e os bombardeios nucleares, vamos atentar para dois outros momentos importantes que ficaram assinalados nos registros estratigráficos do planeta, como investigado por Lewis & Maslin (2015). Um deles corresponde à década de 1610, aproximadamente 150 anos antes da primeira revolução industrial e circunscreve as condições que permitiram a industrialização da Europa - a saber, a exploração das Américas e África; a segunda marca o período da Grande Aceleração, na qual vivenciamos impactos antropogênicos indiscutíveis e acontecimentos capazes de alterar o funcionamento da Terra.

O pico registrado em 1610, está localizado no período de 1492-1610 EC, datando da invasão europeia aos territórios onde foram fundadas as “Américas”, com o subsequente genocídio de cerca de 90% da população originária, ocorrido entre os séculos XV a XVII. Mudanças brutais e irreversíveis tomaram lugar durante esse período, estando até hoje impressas nos territórios subjugados à colonização europeia, como é o caso de Itapuã. Aqui a invasão portuguesa foi pautada, inicialmente, no domínio, escravização e dizimação das populações nativas e na extração indiscriminada de madeiras para exportação, seguidos da diáspora forçada que sequestrou mais de cinco milhões de pessoas de várias nações e etnias do continente africano para o Brasil em 354 anos de regime escravista (Silva, 2017) e da instauração do sistema de *plantations* (Gilroy, 2012). Lewis e Maslin (2015) comentam como as *commodities* primárias levadas da “América”, oriundas da agricultura e do extrativismo, permitiram que a Europa transcendesse seus limites ecológicos e sustentasse um processo de crescimento econômico e industrialização à base de trabalho escravo, paisagens usurpadas e, a que também acrescentamos, do próprio e lucrativo comércio transatlântico de pessoas escravizadas.

É interessante notar que a crise social, ética, existencial e agora climática começou há muito tempo e está emaranhada às concepções basilares da modernidade ocidental, partilhando dos mesmos valores que validaram a tiranização de territórios e povos subjugados à colonização e escravidão. A colonização europeia deixou marcas profundas e permanentes na história social e geológica do planeta, mostrando que estas histórias jamais estiveram separadas (Danowski; Viveiros de Castro, 2014). Unger (1993) e Santos (2019) confluem ao descrever o *ethos* do homem moderno que, apartado do cosmos, torna-se incapaz de manter uma relação de amizade com a natureza e entende sua humanidade na medida em que a domina e sintetiza. Este *homem*, que não consegue usufruir das condições postas pelo ambiente, da própria terra e seus frutos, é um inimigo do pluralismo e valida suas invasões escravistas em concepções tirânicas e cosmo-fóbicas. Tsing (2019) descreve a modernidade ocidental como uma tradição construída sobre a diferenciação hierárquica entre humanos e outros seres vivos a partir de atributos-chave como liberdade, racionalidade, socialidade, autonomia, intencionalidade e capacidade de planejar, considerados como excepcionais e supostamente restritos à *humanidade* que, por sua vez, é restrita aos povos colonizadores. Gilroy (2012) analisa a modernidade pela perspectiva da diáspora africana e critica sua tentativa em se desvencilhar do regime escravocrata, classificando-o como um “resíduo pré-moderno incompatível com a racionalidade iluminista e a produção industrial capitalista” (p. 115). O autor, no entanto, aponta que a escravidão racial com toda sua brutalidade foi um regime legítimo e racional, e como “a universalidade e racionalidade da Europa e da América iluministas foram usadas mais para sustentar e transplantar do que erradicar uma ordem de diferença racial herdada da era pré-moderna” (p.114).

A colonização, no entanto, não foi pacificamente aceita pelas populações originárias e diaspóricas que se organizaram contra a escravidão (Gilroy, 2012; Silva, 2017), rebelando-se, fugindo, constituindo assentamentos onde (re)estabeleciam “sua liberdade e direito à sua alteridade civilizatória e com ela suas comunalidades” (Luz, 2012, p. 74). A historiografia conta que as florestas e matas de restinga de Itapuã abrigaram aldeamentos e quilombos aparados em cosmogonias africanas e indígenas. Delas, provinham suprimentos alimentícios, medicinais e espirituais, bem como materiais para confecção de utensílios, equipamentos e produtos que poderiam ser comercializados e trocados nas freguesias, mostrando que as lutas pela liberdade e a continuidade dos modos de vida interligados à natureza se deram, desde o início da

colonização, a partir de paisagens e relações multiespécies (Luz, 2012; Silva, 2017, Tsing, 2019).



Figura 3. Pescadora na praia de Itapuã.
Fonte: Autoras (2020)

O segundo momento descrito por Lewis e Martin (2015), a década de 1960, remonta à Grande Aceleração, marcada pela expansão da população humana, por grandes mudanças nos processos naturais, pelo desenvolvimento de novos materiais, como plásticos, poluentes orgânicos e compostos inorgânicos e com o registro de isótopos radioativos provenientes de bombardeios nucleares. Quase um século antes, nos EUA do final do século XIX, a crescente devastação ambiental causada pela industrialização acaba motivando a implementação de políticas públicas para criação de reservas naturais e parques nacionais tidos como a “forma de salvar pedaços da natureza, de grande beleza, dos efeitos deletérios do desenvolvimento urbano industrial.” (Diegues, 2001, p. 37). Além de alinhar-se com políticas de desterritorialização e extermínio de povos indígenas (Diegues, 2001), este modelo de “proteção” tem origem em uma ética ambiental superficial e antropocêntrica, na qual o valor da Natureza estaria centrado nas necessidades e desejos humanos, seja em termos estéticos, utilitários ou econômicos (Ünger, 2001).

O modelo estadunidense foi exportado para muitos países da América Latina. No Brasil, isto se concretizou na década de 1930 com a criação das primeiras políticas ambientais e, a partir da década de 1960, a criação de parques nacionais foi ampliada para todas as regiões do país. Essa disseminação se deveu às exigências das agências internacionais que, por um lado, incentivavam um desenvolvimento econômico

predatório, por outro, exigiam ações de conservação ambiental. (Diegues, 2001; Santos, 2004).

Em Itapuã, a adoção de políticas de proteção ambiental esteve encadeada à expansão urbana na orla atlântica de Salvador visando à especulação imobiliária e turística, como também à industrialização de sua região metropolitana e à importação do modelo de urbanização rodoviarista americano (Luz, 2012; Trió, 2020). Se os impactos destrutivos, tais quais a remoção de dunas e o desaparecimento de corpos d'água na região do Abaeté já eram motivo de preocupação de pesquisadores desde a década de 1960 (Avanzo, 1990), é a partir de meados de 1970 que o adensamento urbano em Itapuã acelera, culminando com a criação do Parque Metropolitano do Abaeté, em 1978, e com a implantação da Área de Proteção - APA - Lagoas e Dunas do Abaeté em 1987 para proteger “os últimos remanescentes de sistemas de dunas associados à terras úmidas (lagoas, alagadiços e brejos) conservados no município de Salvador” (Bahia, 2002, p.3). Embora essas políticas ambientais sejam essenciais para resguardar remanescentes de matas, corpos d'água e toda a teia biocultural dependentes destas formações, notamos contradições em suas lógicas de funcionamento que se materializam no refreamento da devastação, mas não na sua interrupção (fig. 4) e, melhor ainda, na regeneração de ecossistemas (Alves *et al.* 2018; Silva, A. 2020; Silva, J. 2020). Assim sendo, permanece a sensação de que as matas, areais e lagoas de Itapuã estão fadadas ao desaparecimento total em poucos anos.



Figura 4. Novas construções sobre as áreas da APA Lagoas e Dunas do Abaeté
Fonte: Autoras (2020)

Podemos sentir os impactos destrutivos da urbanização ao observar, por exemplo, a presença das águas no bairro. Na fala e memória dos moradores mais velhos, como também em fotografias e imagens de satélites antigas, conhecemos uma

Itapuã de lagoas, rios e córregos abundantes. Atualmente, restam poucas lagoas, e praticamente toda rede hídrica do bairro foi canalizada entre as décadas de 1970 e 1980 pelas gestões públicas, sendo possível ver os rios, tratados como esgoto, desembocando de manilhas de concreto nas praias (figura 5) (Silva, A. 2020; Silva, J., 2020). São os alagamentos e enchentes que nos fazem lembrar da riqueza hídrica do bairro e causam catástrofes e prejuízos aos seus moradores. Não à toa, Salvador é a capital do Nordeste com o maior número de catástrofes associadas às chuvas (Trói, 2020), as quais, longe de serem desastres naturais (Cardoso; Santos, 2022), estão diretamente ligadas às mudanças climáticas. Estudos confirmam o que podemos sentir na pele. As temperaturas médias da cidade aumentaram entre as décadas de 1960 e 2010, sendo as atividades humanas, como a supressão de vegetação, impermeabilização do solo, adensamento de construções e emissão de combustíveis fósseis frutos principalmente de automóveis, responsáveis por alterações gritantes notadamente nas ilhas de calor do centro da cidade (Trói, 2020).



Rios canalizados desaguam na praia de Itapuã

Figura 5. Rios canalizados desaguando nas praias de Itapuã.
Fonte: Autoras (2020)

Casos como o de Itapuã evidenciam como políticas de proteção podem ser a outra face da moeda do *ethos* civilizatório da modernidade colonialista. Santos (2019) explica como o desenvolvimentismo faz parte da guerra da colonização, que é, acima de tudo, uma guerra territorial. Muitas são as ramificações do desenvolvimentismo, desde grandes obras de infraestrutura a políticas ambientais de implantação de reservas naturais onde proíbe-se a permanência, ocupação e usos tradicionais funcionam na

mesma lógica de expropriação que qualquer outro modelo colonialista, e vulnerabilizam populações locais e tradicionais através de um refinado racismo ambiental amparado por discursos ecológicos tecnocráticos. A APA e o parque se espelham na matriz urbano-espacial e ambiental estadunidense, imprimindo uma lógica de gerenciamento ecológico que opera também no apagamento das dinâmicas vinculadas às cosmogonias de populações tradicionais e locais, como também no consumo e mercantilização dos “lugares de natureza” (Luz, 2012), sem se preocupar com as condições de existência desses lugares, esgotando-os e abrindo espaço para expansão imobiliária em escalas cada vez maiores.

Uma tendência desta forma de operação de políticas ambientais é provocar a diminuição progressiva de áreas que são matrizes de regeneração ambiental, em vez de potencializar a expansão destas e o subsequente reflorestamento de áreas ditas “antropizadas” e “descaracterizadas”. O estudo desenvolvido por Oviedo e Doblas (2022) defende que algumas formas de manejo da terra aplicadas mobilizam conhecimentos de ecologia capazes de não apenas diminuir o desmatamento, mas também de agilizar processos de alternância entre vegetação nativa e antropizada em Unidades de Conservação (UC). Os sistemas de cultivo de agricultura itinerante e outras atividades humanas compatíveis com processos ecológicos seriam um exemplo de manejo interessante na recuperação de camadas vegetais, tanto no interior de áreas protegidas quanto nas bordas - os lugares mais fragilizados por processos de devastação. Dos diversos tipos de UC avaliados, as APAs apresentaram menor eficácia de regeneração e de velocidade de ciclos de alternância de vegetação, além de um contraste considerável entre a regeneração das áreas mais internas e das áreas de borda, essas sob constante pressão de desmatamento e onde ocorre, na verdade, a manutenção das áreas devastadas pela ação humana. Como argumentam os autores: as florestas precisam das pessoas assim como as pessoas precisam das florestas.

Caminhando, conversando e aprendendo a retratar paisagens

Há, nos arredores de Itapuã, práticas difundidas que mobilizam ações ecológicas onde histórias humanas ocorrem em paisagens multiespécies; assembleias de outros seres, “justamente aqueles que encontramos reunidos” (Tsing, 2019, p. 126). Somos moradoras de Itapuã e, entre os anos de 2019 e 2020, realizamos visitas e caminhadas por trechos do bairro próximos à nossa vizinhança onde conhecemos grupos associados e pessoas que têm ações comunitárias visando à recuperação da natureza, como o

cuidado com nascentes, matas e animais. Foi através de conversas e caminhadas, algumas guiadas por moradores antigos, que emergiram memórias de lugares radicalmente transformados por processos de urbanização descuidados, como rios, matas e lagoas. As memórias também relatam uma maior diversidade de espécies de plantas, frutas, pássaros e animais que se tornaram raros, assim como hábitos cotidianos relacionados a elas. Também utilizamos a fotografia como grande parceira no ato de retratar paisagens e registrar ações descentralizadas, mutirões coletivos, dos quais também participamos, e a presença, muitas vezes rasteira, de humanos e outros animais, plantas, pedras: gente. Esse processo pode ser visto com mais detalhes em nossos trabalhos finais de graduação (Silva, A., 2020; Silva, J., 2020),

Neste ensaio nos dedicamos a descrever exemplos de ações de cuidado que compõem essa rede biocultural, rasteira e divergente dos modos dominantes de viver e estar nas cidades. Algumas delas são consideradas “antiquadas” ou inapropriadas ao contexto urbano desenvolvimentista, embora favoreçam a manutenção de conhecimentos ecológicos importantes para a habitabilidade das paisagens.

Ações de cuidado em paisagens arrasadas

Em Itapuã, muitas assembleias acontecem em torno das águas, haja vista a íntima e histórica relação de seus habitantes com as águas doces e salgadas que se constituiu a partir de labores e lazeres cotidianos e sacralizados, como a pesca, a lavagem de roupas, o abastecimento doméstico, o banho, a realização de fundamentos espirituais (Luz, 2012; Gandon, 2018). O maior corpo d’água doce existente no bairro é a Lagoa do Abaeté que integra uma bacia de drenagem composta por lagoas e microrrios que desaguam no mar. A maioria desses corpos d’água está canalizada em galerias subterrâneas, porém em seus trajetos originais ainda se encontram nascentes e pequenas lagoas (figura 6) em áreas particulares e/ou públicas que são cuidados de forma autônoma por moradores, comunidades e associações de bairro (figura 7). Em épocas de chuvas intensas, as lagoas enchem e transbordam pela rua até serem captadas para galerias subterrâneas e desembocarem na praia (figura 5). É comum haver criação de peixes, ou uso da água da lagoa para suprir os moradores quando há falta d’água. O cuidado e proteção de fontes na fala de moradores mostra desejos em manter a memória e recuperar a paisagem originária do bairro (Silva, A., 2020; Silva, J., 2020).



Figura 6. Lagoa Saborosa em época de cheia: uma ação do Projeto Sariguê para represamento da água e limpeza de sementes de amendoeira (*Terminalia catappa*)
Fonte: as autoras (2020)



Figura 7. Nascentes e olhos d'água em Itapuã.
Fonte: As autoras (2020).



Figura 8. A relação com as águas em Itapuã.
Fonte: as autoras (2020)

O adensamento das cidades tem provocado mudanças nos modos de vida e nas paisagens, afetando diretamente as áreas livres, como é o caso dos cada vez mais reduzidos quintais (Almada, Souza, 2017), que somem frente a necessidade de ampliação de imóveis para comportar novos usos e moradores ou tornam-se cada vez mais áridos e pavimentados como uma solução a um suposto alto custo e manutenção intensa demandados por terreiros e áreas vegetadas. De forma geral, áreas de resselvamento ou mesmo quintais onde há insinuação de “mato” não são compreendidas por suas virtudes ecológicas, mas sim por remeterem ao descuido, abandono e por fornecerem abrigo a animais indesejados. Quintais – junto com praças, canteiros marginais de ruas e avenidas, e áreas não edificantes como encostas e bordas de praia – amenizam a pressão sobre florestas urbanas remanescentes e seus habitantes, conectando-as às demais áreas da cidade e promovendo o (re)estabelecimento de ecologias sustentáveis. Eles são historicamente ligados à produção de suprimentos e à realização de atividades domésticas cotidianas nas quais são fortalecidos os vínculos de parentesco e da socialidade mais que humana. Quintais também são lugares de trocas de saberes ecológicos e bioculturais, portanto importantes para a manutenção da biodiversidade e entendimento das relações ecossistêmicas e ciclos de vida (Almada, Souza, 2017).



Figura 9. Quintal produtivo do Projeto Sariguê, Itapuã.
Fonte: Autoras (2020)

As ruas, calçadas e canteiros públicos também são lugares de disputa no (re)estabelecimento de ecologias sustentáveis. Há muitas ações independentes de plantio e cuidado cotidiano de ruas áridas e pavimentadas onde, gradualmente, ressurgem áreas verdes. Muitos desses canteiros são cultivados em objetos descartados como lixo, alguns visando justamente impedir o depósito inadequado de lixo no local.





Figuras 10 e 11. Plantas cultivadas em diferentes lugares em Itapuã.
Fonte: Autoras (2020)

Em razão do adensamento urbano, é comum a laje assumir o lugar do quintal ou jardim, o que favorece muitas espécies de pássaros e insetos que terão mais lugares de morada e alimentação. Em Itapuã, muitos quintais são descendentes das antigas roças e de terras de uso comum, existentes em Itapuã até o século XX, possuindo hoje tamanhos e formas variadas em que vemos cultivos de ervas medicinais, hortaliças, ornamentais, sagradas; árvores e arbustos frutíferos; e até a criação de galinhas, porcos, cabras e cavalos. A presença de bichos (fig 12) é muitas vezes percebida como um conflito ambiental, e, de forma geral, há uma ideia de que há animais inadequados para o espaço urbano. Sugerimos, porém, a inversão desse pensamento, e propomos que os problemas das cidades - são próprios de como ela se configura sem pensar na pluralidade, criando condições de habitar difíceis mesmo para a espécie humana. A habitabilidade de uma paisagem se constrói com a pluralidade de espécies envolvidas, confeccionando uma rede ecológica mais robusta e estável.



Figura 12. Animais de criação (ou não) em Itapua.
Fonte: Autoras (2020)

Considerações finais

As mudanças climáticas não anunciam mais uma crise a ser enfrentada pela humanidade, mas escancaram a brutalidade avassaladora dos sistemas colonialistas do ocidente cuja crise está em curso há séculos e afeta desigualmente os diversos povos, espécies e territórios do planeta, podendo nos levar a um colapso ecológico. A época geológica presente é um fenômeno que não temos qualquer capacidade de anular, restando nos adaptarmos e mitigar seus efeitos. Sua marcação coloca em xeque a separação basilar da modernidade entre a história humana ou social e a história geológica ou natural: “de um lado, assim, a evolução da espécie, do outro a história do

capitalismo” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p.26). Essas histórias, contudo, jamais foram separadas, e disso os povos e espécies cujos modos de vida são entrelaçados à natureza já sabem (SANTOS, 2019).

As práticas de cuidado com a natureza apresentadas exemplificam a exuberante, porém fragilizada, rede ecológica de Itapuã que é vinculada principalmente às cosmogonias indígenas e afro-brasileiras e nada contra as correntes de devastação e pensamento modernizadoras na luta por manter seus lugares de vida. Acreditamos que a regeneração das paisagens do bairro implica o reconhecimento e fortalecimento dessas iniciativas, assim como a reformulação de valores intrínsecos das políticas ambientais, nas quais predomina a lógica da remanescência, quando necessitamos exercitar urgentemente o (re)surgimento de associações socioecológicas que possam dar conta de paisagens arrasadas.

Referências

Almada, E. D.; SOUZA, M. O. Quintais como patrimônio biocultural. In: Almada, E. D.; Souza, M. O. (Org.). **Quintais: Memória, resistência e patrimônio biocultural**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2017, p. 15-28.

Alves, M. R. S. *et al.* O papel dos espaços livres na preservação ambiental: O caso da APA Lagoas e Dunas do Abaeté, Salvador-BA. In: XIV ENEPEA 2018 Escalas da paisagem - dos fragmentos à reconectividade, 2018, RS. **Anais XIV ENEPEA - ST2 Multifuncionalidade da paisagem e dos usos e atividades nos espaços livres**, 2018.

Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1xxTir3Y9xuH2hto_GwFp3UjGjWaxKGAT/view.

Acesso em 04 ago. 2023.

Avanzo, P. E. **Importância da Geologia nos estudos de impacto ambiental.**

Abaeté: um exemplo. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.

Bahia. **Resolução nº 3.023 de 20 de setembro de 2002.** Zoneamento Ecológico – Econômico da APA Lagoas e Dunas do Abaeté. Salvador, 20 set. 2002.

Brasil. **Lei nº 6.902 de 27 de abril de 1981.** Brasília, DF, 25 abr. 1981.

Cardoso, T. M.; Santos, G. M. Emergência climática: questões e possíveis saídas.

Suplemento Pernambuco, Recife, nº 197, p. 0 - 0, 18 jul. 2022. Disponível em:

https://www.academia.edu/100640451/Emerg%C3%Aancia_clim%C3%A1tica_quest%C3%B5es_e_poss%C3%ADveis_sa%C3%ADdas> Acesso em 02 ago. 2023.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro, Florianópolis: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

Diegues, A. C. S. **O Mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

Gandon, T. d' R. **A voz de Itapuã**. Salvador: Edufba, 2018.

Gilroy, P. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012 (2ª Edição).

Luz, N. C. do P. **Itapuã da Ancestralidade africano-brasileira**. Salvador: Edufba, 2012.

Lewis, S.L. & Maslin, M. A. Defining the Anthropocene. **Nature**. Reino Unido, vol. 519, pp. 171-180, mar. 2015. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/nature14258>>. Acesso em 02 ago. 2023.

Oviedo, A. F. P. E Doblaz, J. **As florestas precisam das pessoas**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2022. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/florestas-precisam-das-pessoas>>. Acesso em 02 ago. 2023.

Santos, R. F. **Planejamento Ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

Sampaio, A. H. L. **Formas Urbanas**: cidade real & cidade ideal contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto Editora / PPGAU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

Santos, A. B. dos. **Colonização, Quilombos**: Modos e significações. Brasília: AYÔ, 2019.
_____. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018. Disponível em: <<https://piseagrama.org/artigos/somos-da-terra/>>. Acesso em 02 ago. 2023.

Silva, A. **Paisagens Indomáveis**: encontros nas margens do Abaeté. Monografia (Trabalho Final de Graduação - TFG), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/13BWg7mHW_y7_pZaTmNCew9vDUEzzGWZI/view?usp=sharing. Acesso em 28 jun. 2021.

Silva, J. **Cidade-Floresta**: retomando territórios de vida em Itapuã. Monografia (Trabalho Final de Graduação - TFG), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11CsegJ11lfkhrudAMOd2ZjNe8uaMGiVT/view?usp=sharing>. Acesso em 28 jun. 2021.

Silva, M. A. P. da. **Pedra de Xangô**: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador. Dissertação de mestrado. Faculdade de arquitetura e urbanismo, UFBA. Salvador, 2017.

Sousa, A. N. de. **Orla Oceânica de Salvador**: mar de representações. Salvador: EDUFBA, 2011. 160 p.

Souza, E. B. de. **Planejamento e Gestão da Orla Marítima de Salvador – Bahia**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFBA/IGEO, Salvador, 2017. 316 f.: il

Trói, M. DE . Salvador das mobilidades e da crise climática. **REVISTA COLETIVA FUNDAJ**, v. 1, p. 01-10, 2020. Disponível em: <<https://www.coletiva.org/dossie-emergencia-climatica-n27-artigo-salvador-das-mobilidades-e-da-crise-climatica>>. Acesso em 02 ago. 2023.

Tsing, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

Unger, N. M. **Da foz à nascente**: o recado do rio. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.